

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO: UMA ANÁLISE DO PROJETO DE ESCOLARIZAÇÃO PÉ NA ESTRADA.

Rodrigo Guedes de Araújo

Mestre em Educação Profissional de Jovens e Adultos – UNEB/MPEJA
E-mail: pedagogodaterra@gmail.com

RESUMO

O presente é fruto do projeto de pesquisa que tratou das políticas de educação de jovens e adultos do campo, pelo programa de mestrado profissional em Educação de Jovens e adultos – MPEJA/UNEB. Este teve como objetivo compreender como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e as políticas públicas de educação têm contribuído para garantia do direito e a acesso a educação dos jovens e adultos do campo, bem como analisar as contribuições deste programa na superação do analfabetismo no Bahia. Aborda-se também a trajetória histórica social e educacional desta política destinada aos povos do campo. Neste contexto abordaremos algumas categorias teóricas fundante na compreensão da temática estudada, sendo elas: Sobre Movimentos Sociais Gohn (2011), Sader (2006), Freire (1979); Teodoro & Jezine (2011); Políticas Públicas Souza (2003); Educação do Campo Caldart (2013), Molina & Jesus (2004), Arroyo (1999), Mançano (2008) e Batista (2011); Educação de Jovens e Adultos Freire (1981, 2005), Soares (2002) e Paiva (1995) Metodologia da Pesquisa: Ludke e André (1986), Minayo (1994) e Brandão (2006). Quanto ao método de pesquisa como parte fundamental na elaboração e/ou produção do conhecimento trouxe para esta dissertação uma abordagem qualitativa, e na forma de Pesquisa Participante. Dessa maneira, fica bastante evidente que o Projeto na Pé na Estrada contribuiu de forma elucidativa para a formação e escolarização de jovens e adultos do campo alfabetizando assim, centenas de jovens e adultos, garantindo a eles direito de acessar outros níveis de escolarização

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos (EJA); Educação do Campo; Movimentos Sociais e Políticas Públicas;

INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto da pesquisa de mestrado profissional de educação de jovens e adultos, que teve como tema: O PRONERA e as lutas sociais por políticas de EJA no Projeto Agroextrativista São Francisco em Serra do Ramalho Bahia, tendo com objetivo principal compreender como esta política pública tem garantido aos jovens e adultos do campo o direito e o acesso à educação, bem como analisar as suas contribuições na superação do analfabetismo nos municípios da Bahia.

Para melhor compreender a temática em questão parto da seguinte pergunta: A) Como o PRONERA se configura no interior do Projeto Agroextrativista São Francisco em Serra do Ramalho – Bahia?; B) Que questões sociais e educativas tem conseguido resolver no assentamento?; C) Como essa população percebe as ações do EJA no âmbito do projeto Pé na Estrada? De maneira, responder as indagações parte do objeto de escolarização, segmento de 1º a 4º série do ensino fundamental I - Pé na Estrada - ofertado ao Projeto Agroextrativista São Francisco através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária convenio CRT/BA 0021/2004. Como recorte empírico de análise o estudo pretende explicar este fenômeno educacional dirigido aos povos do campo, bem como ressaltar sua relevância política e social para esta população dentro de perspectiva histórica e ontológica.

Do ponto de vista de sua estrutura organizacional, o trabalho foi dividido em 6 (seis) capítulos que dialogam entre si, de modo que possa tornar mais compreensivo a leitura e o entendimento daqueles e daquelas que por ventura venham ler este trabalho. Tendo as seguintes categorias discursivas: Políticas Públicas, Movimentos Sociais, Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo.

Nos resultados evidenciam que o Projeto no Pé na Estrada contribuiu de forma elucidativa para a formação e escolarização de jovens e adultos do campo alfabetizando assim, centenas de jovens e adultos, garantindo a eles direito de acessar outros níveis de escolarização. Fica evidente também a perspectiva crítica trabalhada no projeto, quando traz de forma contextualizada os conteúdos, metodologias e a relação educando – educador sob os princípios freirianos.

A COMUNIDADE DE BARRA DA IPUEIRA

De modo de que possamos conhecer e contextualizar o lócus da pesquisa descrevemos a organização do assentamento, ressaltando suas principais características de ordem social, econômica, organizativa e fundiária, destacando sua origem, criação, história e seus modos de vida.

A comunidade de Barra da Ipueira conhecida também como Fechadinha é um das 11 (onzes) comunidade que integram o Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco, anteriormente evidenciado, atualmente assenta mais de 100 (cem) famílias regularmente

cadastrada no INCRA onde estão divididas em 3 (três) vilas, quais sejam: Barra da Ipueira, Fechadinha e Povoado Baraúna.

A origem desse nome segundo assentados é dado devido ao número de lagoas existente na comunidade, sendo Barra da Ipueira a mais importante entre elas em razão de sua extensão e seu elevado nível de água, e que durante o período de seca sustenta a comunidade com suas águas e peixes. Segundo moradores, apontam que desde a década de 1980 já haviam alguns moradores nesta localidade, mais com o apoio e assessoria da CPT e do CETA a comunidade foi oficialmente instituída como Projeto de Assentamento da Reforma Agrária.

Atualmente, a comunidade pesquisada conta com uma infraestrutura de prédios e serviços públicos como: escola (oferta educação infantil, ensino fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos); posto de saúde, quadra poliesportiva, Centro de Formação dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Marilene Matos¹ (in memória), Igrejas Católica, Evangélica e Candomblé, casa de farinha, dois sistemas de água que funcionam precariamente.

O CAMINHO SE FAZ AO CAMINHAR: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Nos caminhos metodológicos buscamos estudar o objeto em apreço de maneira crítica e contextualizada optando assim pela pesquisa qualitativa uma vez que a mesma (...) “responde as questões muito particulares, se preocupando com o nível da realidade que não pode ser quantificados” (MINAYO, 2001, p.21). Para Bogdan e Biklen (apud Ludke; André 2005) esta abordagem tem o ambiente natural a sua fonte principal de dados e o pesquisador como o seu instrumento, supondo o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada.

Sabemos que o método é um importante elemento de uma pesquisa e deve ser considerado durante o transcorrer do processo, pois ele é capaz de dar reais condições de pesquisa nos modos de nos permitir melhor compreender o objeto em estudo. E como etapa essencial neste trabalho foi realizada a pesquisa de campo, por entender que ela se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não somente uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer, pesquisar, estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente nesse campo torna-se um palco de manifestação de intersubjetividade e

¹ Membro – militante da Comissão Pastoral da Terra, regional de Bom Jesus da Lapa –Bahia.

interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos.

PESQUISA PARTICIPANTE: um jeito popular de fazer pesquisa

A abordagem de pesquisa aplicada a esta dissertação se dará através da Pesquisa Participante. A escolha dessa abordagem de pesquisa não se deu de forma aleatória, mais, por entender que educação é feita por gente nos espaços formais de ensino, nos espaços não formais e nos movimentos sociais, desse modo à condução e metodologias tem íntimos laços com o lócus e sujeitos da pesquisa.

Dessa maneira compreendemos aqui a pesquisa participante não simplesmente a relação física juntos ao campo e aos sujeitos da pesquisa, mais sua íntima e compromissada relação com ambos. Ainda justificando a opção pela pesquisa participante acreditamos que ela não se deu de forma descontextualizada, ela se deu pelo envolvimento pessoal e coletivo do pesquisador junto ao Projeto Agroextrativista São Francisco, e por conta deste envolvimento que já venho realizando estudos e pesquisa que iniciou em 2010 quando a realização na graduação sobre as questões ambientais no contexto da educação formal, especial na escola da comunidade pesquisada.

PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE INFORMAÇÕES

A escolha de procedimentos e instrumentos para coleta de informações em uma determinada pesquisa se configura tão complexa como realizá-la, tendo em vista que ela exige cuidados específicos durante o realizar da pesquisa. Assim, a nossa escolha nesta dissertação, optamos pela abordagem qualitativa pelo fato dela nos oferecer uma gama de possibilidades de instrumentos a ser utilizados. Para Minayo (2004) a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Desse modo, utilizamos os instrumentos da entrevista, grupo focal e observação participante.

PRONERA uma política pública de educação de jovens e adultos do campo

O Brasil é um país eminentemente agrário. Porém, esse viés não foi levado em conta na elaboração e/ou implementação das políticas agrárias e de forma mais acentuada no âmbito da educação. A Educação do camponês no Brasil sempre ficou em segundo plano, talvez porque desde o feudalismo a elite dominante sempre tenha visto os camponeses como seus submissos, portanto não dignos de ter algum conhecimento científico, geralmente devido a concepção ideológica que fundamenta o sistema capitalista, que lucra mais quando os indivíduos desconhecem os seus direitos e não reivindicam melhores condições de trabalho e vida. Corroborando com esta discussão Sartori (2011, p.14) diz que:

A educação escolar não era prioridade para a maioria dos filhos e filhas dos trabalhadores ou demais pessoas que viviam em condições econômicas desfavoráveis, sendo a mão-de-obra das crianças e jovens necessárias para o sustento da família. Uma relação de produção, exploração e exclusão, que infelizmente, perdura ainda na sociedade brasileira.

O modelo de desenvolvimento implantado no campo brasileiro foi tão excludente que marca até hoje o modelo de educação adotado. A escola brasileira, de 1500 até o início do século XX, serviu e ainda serve para atender as elites, sendo inacessível para grande parte da população rural. Para as elites do Brasil agrário, as mulheres, indígenas, negros(as) e trabalhadores(as) rurais não precisavam aprender a ler e escrever, pois, para desenvolver o trabalho agrícola o letramento era desnecessário.

A partir desses pressupostos compreende a trajetória mais geral dos povos do campo e entender como importantes direitos como o de acesso à terra/território e à educação foram tão negados e sonhados historicamente, e fazer a relação entre a educação ofertada a esses povos com o modelo de desenvolvimento adotado até então pela oligarquia brasileira.

Neste contexto de negação de políticas públicas é que os movimentos sociais de luta pela terra perceberam que a construção de novos projetos de desenvolvimento passa pela construção de novos saberes no e do campo, que impulsionem a agricultura familiar, através da produção de conhecimentos e tecnologias associadas à produção sustentável.

Assim, a Educação do Campo nasce como um paradigma insurgente da educação. Segundo Caldart, Pereira, Alentejano e Frigoto (2011, p. 257): “A educação do campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses das comunidades camponesas”.

Portanto, é possível concluir que a Educação do Campo é uma estratégia importante para a transformação da realidade dos sujeitos do campo em todas as suas dimensões (sociais, ambientais, culturais, econômicas, éticas, políticas). De acordo Fernandes, Cerioli e Caldart *In*: Ferrari e Silva, (2010, p.1):

Esta é uma educação diferenciada, pois a Educação do Campo é uma construção dos próprios sujeitos, com suas práticas sociais, noção de territórios, culturas e diversidade que compõem o campo. Ela se apresenta como uma garantia de ampliação das possibilidades dos camponeses de criarem e recriarem as condições de existência no campo.

Dialeticamente, concebemos, portanto, a educação do campo como “um direito a ter direitos”, ou seja, um direito “chave” para conquista de outros direitos que influenciam diretamente no processo de desenvolvimento humano, local e territorial dos povos do campo. É preciso, assim, compreender a importância da luta pela construção de um projeto de educação do campo que possa garantir o direito à educação do povo camponês. E neste contexto sócio histórico foi criado o programa que é contemporâneo do ENERA² que foi instituído através da Portaria 10/98, pelo então Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Em 2001, foi vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

O PRONERA objetiva promover o direito e o acesso à educação formal em todos os níveis aos trabalhadores e trabalhadoras nas áreas de Reforma Agrária. Para isso desenvolve ações de Educação de Jovens e Adultos, Alfabetização, Ensino Fundamental e Médio; cursos profissionalizantes de nível médio, cursos superiores e cursos de especialização. Em convênio com mais de 50 universidades públicas e comunitárias, os cursos garantem a chamada alternância regular de períodos de estudos com tempos diferenciados de aprendizados, de maneira que os assentados possam estudar sem sair do campo.

Desse modo, as ações de escolarização e de formação dos jovens e adultos assentados da reforma agrária direcionam-se a para inclusão social destes sujeitos, com o objetivo de torná-los construtores de suas identidades, para que finquem raízes e reconheçam o campo como seu lugar de vida e trabalho, além de procurar atender às necessidades de produção, organização e sustentabilidade socioambiental dos assentamentos rurais.

O Programa Nacional de Educação na reforma Agraria ganhou status de política pública de educação através do **DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010** que dispõe sobre

² Nomenclatura adotada em 1997 quando o Movimento pela Educação do Campo dava seus primeiros passos. Mais que em 2001 ganha nova nomenclatura de PRONERA.

a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

Art. 1. A política de educação do campo destina-se à ampliação e da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

O momento atual nos parece propício para avanços, ao mesmo tempo em que revela uma maior complexidade para a atuação dos movimentos sociais: o campo está voltando à agenda do debate político do país, sendo parte da disputa de projetos de desenvolvimento, mas em um contexto de clara hegemonia do projeto do capital, que até poderá reeditar uma política de "educação para o meio rural", mas não tem como admitir que o Estado assuma a construção efetiva de um sistema público de Educação do Campo.

Segundo Molina e Jesus (2004) o desafio que se impõe hoje aos sujeitos da Educação do Campo é o da práxis: avançar na clareza teórica e de projeto para poder dar um salto de qualidade na luta política e nas práticas pedagógicas produzidas até aqui. É preciso *significar* o nome que criamos, e constituir teórica e politicamente o conteúdo e a forma desta nova bandeira.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Estrutura e funcionamento do Pé na Estrada: uma análise sobre o projeto

Ao realizar e cumprir as etapas da pesquisa de campo, bem como análise documental, evidenciamos que o Projeto Pé na Estrada constituiu como um desafio a partir da demanda apresentada pelos movimentos sociais e sindicais para escolarizar 2400 jovens e adultos, acampados e assentados da Reforma Agrária espalhados nas diferentes localidades do Estado da Bahia com a intencionalidade de dar continuidade aos processos educativos iniciados com a alfabetização de homens e mulheres.

Desse modo, em 2005 iniciou o processo de cadastramento dos sujeitos que iriam compor as salas de aulas nas regionais de Irecê, Itaberaba, Eunapólis, Teixeira de Freitas, Bom Jesus da Lapa, Serrinha e Ipiauí. Na 1ª etapa, referente a 1ª e 2ª série do ensino fundamental, a matrícula inicial foi de 2.360, com o funcionamento de 118 turmas, cada sala de aula com aproximadamente 20 educandos/as. Na 2ª etapa, referente à 3ª e 4ª série do ensino

fundamental, o número de turmas é alterado em função do remanejamento de algumas e de outras que fecharam, totalizando 108 salas de aulas.

Neste contexto de estrutura das turmas que o Projeto passou por várias etapas, o primeiro encontro de formação, na Pró- Reitoria (2005) da UNEB em Salvador, para os estudantes universitários, monitores e coordenadores, ultrapassando a meta prevista de 140 participantes para 160 pessoas envolvidas. Já no início de 2006 as capacitações pedagógicas passaram a acontecer nas regionais sob a responsabilidade dos Professores Coordenadores da Universidade.

Seguindo as metas previstas, em 2007 concluiu-se a 1ª etapa e iniciou-se a 2ª etapa, para tanto se fez necessário reestruturação das turmas uma vez que se constatou que muitos educandos também foram alfabetizados no Projeto Pé na Estrada não atingindo o nível conceitual requerido para séries mais adiantadas, bem como numa pesquisa in loco percebeu-se que muitos assentados e acampados sabiam ler e escrever, além de possuírem habilidades matemáticas suficientes para ingressarem na 2ª etapa do projeto.

De acordo com o relatório final do Pé na Estrada, a metodologia aplicada foi ancorada nos pressupostos freirianos, sendo assim as aulas na sua grande maioria partem da problematização dos eixos temáticos, formando círculos de cultura e realizando sistematicamente as discussões orais. A sustentação didática tem como norteamento o livro didático “Construindo Caminhos”, esse material nasceu do compromisso assumido com a causa da Reforma Agrária e com a Educação do Campo brasileira e baiana, e ainda pela real necessidade de ter um material para as turmas do Projeto Pé na Estrada.

O trabalho pedagógico foi acompanhado de capacitações e nas visitas in loco realizadas pelos estudantes universitários, coordenadores locais e pela coordenação geral. Neste contexto, percebeu-se que os monitores tentam fazer o melhor que podem, entretanto os limites é de várias ordens, o que dificulta a sua atuação na modalidade EJA. Os resultados alcançados no Projeto de Escolarização do Pé na Estrada e seus impactos foram percebidos através dos Seminários de Avaliação realizados nas regionais com a participação de todos os sujeitos envolvidos.

Cabe ressaltar que o número de escolarizandos no processo inicial de alfabetização superou a casa dos 40% da matrícula inicial, o que aponta para a latente necessidade de alfabetizar o

povo do campo e principalmente os sujeitos que compõem a frente da luta pela reforma agrária neste país. Neste sentido os 60% restante se dividiu entre os que progrediram para a 2ª etapa, os que não atingiram as habilidades requeridas para freqüentarem a 3ª e 4ª séries e os que ficaram no caminho. Entre os que progrediram soma-se os sujeitos que foram identificados como possuidores de habilidades suficientes para serem certificados e dar continuidade ao seu processo de escolarização, estes engolidos na caminhada pela dificuldade ou ausência de oferecimento de educação de jovens e adultos na sua comunidade. A turma do Projeto de escolarização de primeira a quarta série do ensino fundamental realizada na Comunidade de Barra da Ipueira no ano de 2009 – 2010 contou com a matrícula de 18 (dezoito) educandos e educanda, na sua maioria mulheres.

Dentre outros aspectos, o número de mulheres matriculadas nesta turma que também chama atenção. O número de mulheres é bem maior do as de homens. A curiosidade enquanto pesquisador foi a seguinte: será que o este número de mulher em relação é um fenômeno de que as mulheres sempre ocuparam os espaços educacionais ou isso tem a ver com possibilidade e oportunidade de estudo? Mas, logo retomando aos dados das entrevistas percebo muito claramente que este número se justificaria pela oportunidade “dadas” a elas.

A primeira entrevista foi a Senhora Francisca Luiza Guedes, ela é assentada e moradora da comunidade deste 1982, tem 9 (nove) filhos, concluiu ensino fundamental no PRONERA onde também foi alfabetizadora e atualmente coordena a Associação dos Pequenos Produtores Rurais - APPR de Serra do Ramalho e também participa da Associação de Mulheres Campesinas do mesmo município.

Lucia Reis, segunda entrevista, tem 34 anos, mãe de dois filhos, moradora e assentamento na comunidade de Pambu no Projeto Agroextrativista São Francisco, fez o curso de Pedagogia da Terra, quando no mesmo período coordenou coletivo de educação do Movimento CETA na região de Bom Jesus da lapa e atualmente coordena a Associação de sua comunidade.

Antes de qualquer coisa, dizer que realizar entrevista com a Senhora Maria Aparecida mas antes de tudo emocionante, ele trouxe lindas declarações, cheias de particularidades e afirmativa de mulher de luta, e também guerreira. Ela tem, tem 43 anos, tem 8 (oito) filhos. Sua vinda segunda a mesma, se chama trabalho, pois sempre trabalhou na roça, desde criança, e principalmente depois que teve os meninos (filhos).

Esta articulação citada pelas autoras fica evidente nas ações políticas dos movimentos sociais de luta pela terra/território citada pela entrevista coordenadora Francisca quando afirma:

O PRONERA é uma luta nossa, dos trabalhadores que tivemos esta conquista, que hoje agente temos ai filhos de agricultores na faculdade estudando, que antes não tínhamos esta oportunidade, oportunidade que eu não tive.

Fizemos acampamentos, mobilizações, que os trabalhadores se mobilizava e unia para conseguir esses avanços. Essas políticas, inclusive o PRONERA. Que os trabalhador luto muito pra conseguir isso.

Assim, e de acordo também com esses autores concebemos a educação do campo, advinda e forjada a partir das lutas sociais na perspectiva de um projeto educação para além do capital, conforme sugere Mészáro (2002), e que seja acima de tudo uma política de educação contra – hegemônica. Podemos afirmar esta questão porque as dimensões dos eixos temáticos trabalhados no Projeto de Escolarização Pé na Estrada se basearam na perspectiva de um currículo crítico.

Esta perspectiva presente no projeto “Pé na Estrada” ultrapassa os limites de currículo tradicional exatamente porque a contextualização entre os conhecimentos dos educandos aliados os conhecimentos escolares seguem uma organização didático pedagógica com a dimensão estética do processo de aprendizagem em dinâmica no qual o sujeito percebe a importância da educação para o pleno exercício de sua cidadania.

Neste entendimento podemos, considerar que os conteúdos e sequencia didática adotada no projeto de escolarização Pé na Estrada seguiram uma perspectiva crítica do currículo quando ele ultrapassa os méritos dos conteúdos, avaliação, evasão ou mesmo o ensino propriamente dito.

Ao analisar o gráfico acima, identifico que os significados e importância atribuídos ao Pé na Estrada enquanto projeto do Programa Nacional de Educação na Reforma agrárias ganhas diferentes dimensões para aqueles que participaram direta ou indiretamente do projeto. Percebemos aí presente algumas dimensões, a exemplo da dimensão política, social e educacional.

Estas informações se convergem para uma compreensão ampla e complexa do que é a educação e qual os significados atribuídos a ela para as camadas populares e sujeitos sociais.

Nesse sentido, posso mesmo de maneira preliminar considerar que formação escolar ofertada pelo projeto de escolarização Pé na Estrada ganhou diferentes significados em decorrência das motivações colocadas pelos sujeitos pesquisados.

O **viver melhor** destacado pelos 10% dos sujeitos entrevistados tem conotação de que a educação representa a possibilidade de uma vida digna, especialmente no campo, lugar este que no seu contexto histórico passou por uma série de transformações que alteram de forma perversa os molde de vida camponesa. Este viver melhor representa de modo geral o acesso as políticas sociais de saúde, educação e saneamento básico como elementos necessários para melhor qualidade de vida no campo. Outrossim, podemos também elucidar que o uso da leitura e da escrita, aqui compreendido na perspectiva do letramento apontado por Soares (2011) ganha destaque por entender que o uso desta técnicas são mais que necessária no processo das lutas sociais.

Esta outra categoria da **emancipação e libertação** que aparece com maior destaque durante a realização do grupo focal, recebe destaque de elemento chave para compreender de fato a formação e as contribuições deste programa para uma educação iminentemente emancipadora.

Neste viés, destacamos as palavras mais recorrentes no que tange a discussão sobre a educação emancipadora: **Liberdade, Política, Opressão, Enganação, Subordinação, Emancipação, Perseguição**. Assim, a educação do campo aqui instituída através do Pé na Estrada se insere no contexto de um novo paradigma de educação que é a Educação do Campo. Este programa que surge inicialmente com objetivo de alfabetizar jovens e adultos camponeses conforme mostra o manual de operações (2004), mais que ao longo de sua construção histórica adquire status de política pública de educação.

Sobre esse argumento, o viés político, assim pode considerar que é o grande fetiche deste programa. O caráter político presente em toda as etapas do projeto em análise é muito evidente nos seus diferentes aspectos, seja no conteúdo, na metodologia ou na formação de seus educadores. A abordagem desses elementos na teoria do conhecimento se insere na Pedagogia do Movimento e com base nas concepções Freirianas, expressa por Caldart (2000) quando diz a escola é mais que escola. De acordo com Maciel (2011):

A Pedagogia libertadora prevê uma práxis revolucionária essencialmente autêntica na condução de uma teoria que não se separa da prática. Ao

contrário, se caracteriza pela ação dialógica que ela estabelece entre si, supõe a superação da visão mecanicista de educação e das dicotomias na relação teoria-prática. Nesse sentido, é preciso fazer com que o educando se dê conta de seu próprio processo de conscientização, haja vista que ninguém é sujeito da educação de ninguém, a não ser de si mesmo. Não é possível, portanto, falar de educação popular que não se reflete não se inove e não se promova à superação em sua própria prática.

Vejamos nestas palavras o quanto elas são importantes na atual conjuntura brasileira, bem como no papel da educação para a transformação de nossa sociedade. Teríamos muitos enredos a tecer aqui sobre o Projeto de Escolarização de Jovens e Adultos e suas contribuições para superação do analfabetismo na Bahia, e de suas contribuições para o fortalecimento das lutas sociais do campo atualmente posta, mas acreditamos que de forma única e objetiva colocada aqui trouxe importantes elementos discursos para o nosso trabalho.

CONSIDERAÇÕES

As considerações aqui apresentadas, parte inicialmente da retomada da questão central da pesquisa que foi compreender o que é o PRONERA no Projeto Agroextrativista São Francisco em Serra do Ramalho – Bahia. E se tratando de uma pesquisa eminentemente qualitativa, o foco dado foi especialmente no processo decorrente da pesquisa, bem como no produto final.

Nestes termos, podemos considerar a partir do campo teórico – metodológico e dos elementos da pesquisa que a construção da política da Educação do Campo surge organicamente pelas lutas sociais de educadores, educadoras e movimentos sociais de luta pela terra/território e pela Educação. Assim, a Educação do Campo nasce como novo paradigma da educação com vista a superação do modelo convencional de educação, que por vezes tem na sua base teórica e curricular mecanismo de dominação, alienação e manutenção do “status quo”.

Por este viés, os elementos e achados da pesquisa mostram que Projeto de Escolarização de Jovens e Adultos do 1º a 4º série do ensino fundamental – Pé na Estrada ofertado aos assentamentos da Reforma da Agrária da Bahia, e especialmente a turma de Barra da Ipueira, adotou como princípio educacional um currículo crítico de educação e contra – hegemônico.

Dessa maneira, fica bastante evidente que o Projeto na Pé na Estrada contribuiu de forma elucidativa para a formação e escolarização de jovens e adultos do campo alfabetizando assim, centenas de jovens e adultos, garantindo a eles direito de acessar outros níveis de escolarização, a exemplo da educanda Maria Aparecida que após a realização do projeto se insere no ensino regular do município. Daí o sentido do PRONERA para os assentados e assentadas da reforma agrária.

Uma das pessoas entrevistadas respondeu que o projeto ajudou sair da ignorância, incluindo a ignorância política. Isso aconteceu devido seu teor crítico, que destacou os princípios freirianos quando diz que educação é um ato político e social, perspectiva estas que também apareceu quando uma das entrevistadas afirmou que o projeto ajudou na sua vida, e que ninguém mais passa ela para trás “*Eu aprendi a conviver com a comunidade, aprendi coisa que não sabia, justamente pela explicação desse programa, eu vim aprender a passar troco que eu não sabia*” (Educanda, 48 anos).

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. – Petrópolis, RJ:Vozes, 2014.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier, (Org.) **Movimentos sociais, estado e políticas públicas de educação do campo: pesquisa e prática educativas**. – João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

BOGDA R; BIKLEN, Sari. Entrevistas. In___ **Investigação qualitativa em educação: uma introdução á teoria e aos métodos**. Porto – Portugal: Editora, 1994, p. 134 – 139.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Rio de Janeiro: 1989.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Manual de Operacionalização do PRONERA**. Ed ver e atual Brasília : MDA-INCRA,2011. Acesso 3 de janeiro de 2015.

_____. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**: Lei 9394, de 26 de dezembro de 1996. Brasília. Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 2003

_____. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**, RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002.

_____. PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. DECRETO N. 7.352, DE 4 de novembro de 2010: **dispões sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de**

Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de Nov. 2010.

_____. **Lei n. 5.379, de 15 de dezembro de 1967.** Prevê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescente adultos.

<http://www6.senado.gov.br/ListaPublicacoes.action?id=117865>. Acessado em: 11/12/2015

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, STECK, R. Danilo(Org.). **Pesquisa participante: a partilha do saber.** Aparecida, SP: Idéias et. Letras, 2006.

_____, Carlos Rodrigues. **O Que é Educação.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

_____, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire.** – São Paulo, Brasiliense, 2005. (Coleção primeiros passos, 38)

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000

Dicionário da Educação do Campo./ Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudencio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013.

DI PIERRO, Maria Clara. **Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos.** In: Educação e Pesquisa. São Paulo. V. 27. n. 2, p. 3210337, jul /dez. 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano (et al.). **Educação do campo: campo, políticas públicas, educação.** Brasília: INCRA, 2012. (vol. 7).

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam.** – 46 ed. – São Paulo, Cortez, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** -10 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981

FREITAS, Gilsélia Macedo Cardoso. **Currículo vivo e processo(s) de subjetividade da alfabetização do CETA.** Viña Del Mar – Chile 2013. Tese de Doutorado.

HADDAD, Sérgio e DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos.** Revista Brasileira de Educação. – Mai/Jul/Ago. 2000. N. 14.

LUDKE, M. Marli E.D.A. André. **Pesquisa em educação: abordagem qualitativa.** São Paulo: EPU, 1886.

LIVRO DIDÁTICO – **Projeto de Escolarização 1º Segmento (1º a 4º série do ensino fundamental) para Jovens e adultos Acampados e Assentados**. Pró Reitoria de Extensão – PROEX – UNEB, 2005.

MACIEL, Karen de Fátima. **O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular**. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011.

MARQUES, Tatyane Gomes. **Pedagogia da terra: significados da formação para educadores e educadoras do campo** / Dissertação de Mestrado. UFMG/FaE, 2010.

MOLINA, M. C; JESUS, S.M.S.A. (organizadoras). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, Brasília, DF 2004.

REIS, Edmerson dos Santos. **Educação do Campo e Desenvolvimento Rural Sustentável: avaliação de uma prática educativa**. Juazeiro- Bahia. Gráfica e Editora Franciscana, 2004.

RESEX, Cartinha: **Resex uma história de luta e resistência**. Produção independente, 2007.

RIBEIRO, Elisa Antônia. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. Evidencia: olhares e pesquisa em saberes educacionais**. Araxá/MG. N. 04, p. 129 – 148, maio de 2008.

SANTOS, Tiago Rodrigues. **“CETA: nossa luta é justa e certa!”** formação territorialização do Movimento CETA (1994-2009). Monografia apresentada a Universidade Federal da Bahia, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2 ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

SILVA, Maria do Socorro e CARVALHO, Maria Inaiá Moreira de. **A Educação Contextualizada no Semiárido Baiano: a construção do projeto CAT para as políticas de educação e a escola do campo.- MOC** – Feira de Santana – BA. Editora Curviana, 2015

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos identidade: uma introdução às teorias do currículo**. – 2 ed. –Belo Horizonte: Autêntica, 2004

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Rodrigo Guedes de Araújo

Professor Substituto na Universidade do Estado da Bahia – UNEB/Campus XVII – Bom Jesus da Lapa – Bahia. Membro do grupo de pesquisa INTERGESTO – UNEB; Coordenador do Projeto de Iniciação Científica: Educação do Campo e a especificidade do oeste da Bahia. Email: pedagogodaterra@gmail.com